



CLIPPING ELETRÔNICO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

Recortes de notícias sobre educação

Professores

Piso vai a R\$ 1.451

(A Notícia, AN País, pág. 16)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 28/02/2012



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN País	Data: 28/02/12
Assunto: Piso vai a R\$ 1.451		Página: 16

Professores

Piso vai a R\$ 1.451

O Ministério da Educação (MEC) reajustou ontem o piso do magistério em 22,22% – o valor, válido para este ano, passou agora para R\$ 1.451. Isso significa que todas as redes públicas de ensino do País devem pagar no mínimo essa quantia para um professor que faz jornada de 40 horas semanais.

O pagamento do piso é retroativo ao mês de janeiro. O anúncio foi feito ontem, por meio do site do MEC. O reajuste é determinado pela Lei 11.738, de 2008.

Em 2011, o aumento havia sido de 15,85%, o que fez com que o piso subisse para R\$ 1.187,14. Segundo o MEC, a correção do piso acompanha a variação do valor anual mínimo por aluno, que é definido pelo Fundeb do período.

A discussão da Lei do Piso já foi parar no STF que, no ano passado, considerou-a constitucional. Algumas redes pagam valores acima do estipulado. Na rede estadual de São Paulo, o piso para a 40 horas é de R\$ 1.894,12.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 28/02/12
Assunto: Educação estadual – Transferências começam hoje		Página: 08

Educação estadual

Transferências começam hoje

Cerca de 1,9 mil alunos de escolas interditadas estão sendo remanejados

Está previsto para hoje o início das primeiras transferências de alunos de três escolas da rede estadual de ensino de Joinville que foram interditadas pela Vigilância Sanitária. Serão aproximadamente 1,9 mil crianças que vão passar a estudar em locais improvisados. Os colégios Maria Amin Ghanem, no Aventureiro, Francisco Eberhardt, em Pirabeiraba, e Plácido Olímpio de Oliveira, no Bucarein, não podem abrir as portas enquanto não passarem por obras emergenciais.

Enquanto a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville aguarda o resultado da Justiça para a desinterdição das escolas – o caso está sendo analisado pelo juiz Roberto Lepper, da 2ª Vara da Fazenda Pública – a Gerência Regional de Educação precisou criar uma alternativa para garantir as aulas das quase 2 mil crianças. A Secretaria de Estado da Educação firmou ainda

um convênio com a Prefeitura de Joinville para garantir o transporte escolar para os estudantes durante este período.

Os 240 alunos da Escola Francisco Eberhardt serão os primeiros a serem transferidos. Eles serão levados hoje para a Escola Olavo Bilac, também em Pirabeiraba. A unidade escolar possui salas de aula disponíveis, além de espaços alternativos, como auditório e biblioteca. Segundo a SDR, a mudança não vai comprometer a rotina normal do colégio.

Na quarta, os cerca de mil alunos da Escola Maria Amin Ghanem e os 520 da Plácido Olímpio de Oliveira serão transferidos para um espaço locado na ACE, no Anita Garibaldi. O colégio tem 12 salas de aula disponíveis. Já os 120 jovens que estudam na ACE serão transferidos para a Escola João Rocha, no mesmo bairro.

Os 700 alunos da Escola Giovanni Pasqualini Faraco, no Santo Antônio, não serão remanejados. O colégio também foi interditado, porém, a previsão da SDR é de que os estudantes retornem para a escola amanhã. O colégio passa por reformas, a pedido da Vigilância Sanitária, que fará uma nova análise no local na quarta.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 28/02/12
Assunto: Pais fazem manifestação		Página: 08

Pais fazem manifestação

Os pais dos alunos matriculados na Escola Estadual Professora Maria Amin Ghanem estão preocupados com as aulas perdidas por causa da interdição da Vigilância Sanitária. Para manifestar o descontentamento, aproximadamente cem pais se reuniram para protestar na tarde de ontem. Eles estão preocupados com o destino que será dado às crianças caso a escola não seja liberada.

Os pais prometem impedir a saída do ônibus que fará o transporte. A cozinheira Ivanilde Aparecida Simão, 43 anos, tem uma filha de dez anos que es-

tuda na Maria Amim Ghanem e não concorda com a interdição. Ela, assim como os demais que estavam presentes à manifestação, acredita que a estrutura não oferece risco aos alunos.

A situação da dona de casa Maria Neuza Carrer, 44 anos, é ainda mais complicada. A filha de dez anos faz tratamento para diabetes e precisa tomar cinco doses de insulina por dia. "Todas as tardes, eu venho à escola monitorar o tratamento da minha filha. Como vou fazer isso se ela estará do outro lado da cidade?", questiona a mãe. Os pais prometem fazer nova manifestação hoje.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 28/02/12
Assunto: Sinte fiscaliza denúncias		Página: 08

Sinte fiscaliza denúncias

O Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Santa Catarina (Sinte) recebeu denúncias de más condições de trabalho dos professores da Escola Estadual Monsenhor Sebastião Scarzello, que estariam trabalhando num galpão improvisado da Escola Léa Maria Aguiar Lepper, no Saguachu. Membros do sindicato foram conferir ontem a situação e constataram que o espaço interditado na sexta pela Vigilância Sanitária ainda estava em uso.

O local onde os funcionários estavam trabalhando servia como depósito da escola do Saguachu.

Os materiais guardados dividiam espaços com mesas e armários.

Para Valéria Nunes, membro do Sinte, outros complicadores também foram confirmados. Os professores estariam fazendo uma hora a mais de trabalho e sem receber estariam cuidando dos alunos no trajeto de ônibus entre o Itaum e o Saguachu. Para piorar a situação, os professores de educação física e artes estariam se dividindo entre a escola e o Colégio Rui Barbosa, no Centro, já que as turmas de segundo ano ficaram separadas do restante dos colegas.

Segundo a orientadora escolar da Escola Monsenhor Sebastião Scarzello, Valdete Maria da Rocha, os trabalhadores da área administrativa, que também estavam na sala interditada, serão transferidos para uma sala extra, que ficará vazia com a retirada de duas turmas de primeiro ano. Já a diretora da escola, Hênia Locks, explica que o prazo para que as medidas comecem a valer é quinta-feira. Ela explica que ainda não foi confirmado se as turmas de primeiro ano se fundirão numa só ou se irão, em duas mesmo, para o Colégio Rui Barbosa.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Política	Data: 28/02/11
Assunto: Piso nacional vai a R\$ 1,4 mil		Página: 6

Magistério

Piso nacional dos professores vai a R\$ 1,4 mil

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) definiu em R\$ 1.451 o valor do piso nacional do magistério para 2012, um aumento de 22,22% em relação a 2011. Conforme determina a lei que criou o piso, o reajuste foi calculado com base no crescimento do valor mínimo por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) no mesmo período. A Lei do Piso estabelece que nenhum professor pode receber menos do que o valor determinado por uma jornada de 40 horas semanais. Questiona-

da na Justiça por governadores, a legislação foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado.

Alguns estados argumentam que não têm recursos para pagar o valor estipulado pela lei, como é o caso de

Santa Catarina. O governador Raimundo Colombo disse ontem que o Estado não tem condições de pagar o reajuste.

Raimundo Colombo diz que SC não tem condições de pagar o reajuste. Governadores se reúnem hoje em Brasília para discutir o valor do novo piso

Para debater o assunto, Colombo se reúne hoje em Brasília com outros governadores, além dos presidentes da Câmara e do Senado Federal. Eles devem discutir a falta de condições dos estados para arcar com o valor do novo piso.

Em 2011, o piso foi R\$1.187 e em 2010, R\$ 1.024. Em 2009, primeiro ano da vigência da lei, o piso era R\$ 950. Governos estaduais e municipais criticam o critério de reajuste e defendem que o valor deveria ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), como ocorre com outras carreiras.

Na Câmara dos Deputados tramita um projeto de lei que pretende alterar o parâmetro de correção do piso para a variação da inflação.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geralç	Data: 28/02/12
Assunto: FURB FEDERAL prevê 6,3 mil vagas até 2020		Página: 41

FURB FEDERAL

Projeto prevê 6,3 mil vagas até 2020

GIOVANA PIETRZACKA

Se o projeto de implantação de um campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nas dependências da Furb seguir o modelo apresentado pelas duas universidades ao Ministério da Educação (MEC), Blumenau terá 6,3 mil vagas de ensino superior gratuito daqui a oito anos.

A proposta aponta para uma oferta inicial de 10 cursos e prevê a incorporação gradativa a partir do segundo semestre deste ano, seguindo até 2020. Os primeiros cursos oferecidos seriam Ciências Biológicas, Física, Química, Informática, Música, Engenharias, Design (Produto e Moda), cursos da área da saúde e Direito. O custo estimado é de R\$ 16 milhões. Ficaram de fora as Ciências Humanas e os mestrados e doutorados.

Protocolada no MEC em dezembro, a proposta vem recebendo muitas críticas. Professores e servidores da Furb classificam-na como incompleta, pois deixou de fora questões como a cessão dos atuais professores, servidores e alunos, defendida pela

comunidade acadêmica.

– Isto que está no MEC é a parte mais tangível do processo. Mas não podemos pensar em uma incorporação sem envolver infraestrutura acadêmica e pessoal. Temo que esta segunda parte, a jurídica, possa atrasar o início da implantação do campus da UFSC em Blumenau – disse o coordenador do Conselho de Planejamento da Furb, Pedro Paulo Wilhelm.

Apesar de considerar que o projeto representa um avanço na discussão, o coordenador do Comitê Pró-Federalização da Furb, Clóvis Reis, lembra que a mobilização do grupo sempre foi por uma proposta mais abrangente, que contemplasse todos os níveis de conhecimento (de pós-graduação, pesquisa e extensão) e a cessão de professores, estudantes e servidores.

– Defendemos um projeto mais inclusivo. O comitê vai elaborar uma contraproposta para tentar ampliar a oferta de cursos.

Neste sentido, Reis anunciou uma reunião plenária aberta à comunidade para a próxima sexta-feira.

Outro que estranha a oferta limitada de cursos é o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Su-

perior de Blumenau (Sinsepes), Ralf Emke. Ele diz que o projeto apresenta muitas pendências e que o prazo sugerido – 10 cursos até 2020 – vai contra a ideia defendida pelo Conselho Universitário da Furb, que em setembro do ano passado sugeriu que toda a incorporação fosse feita em 36 meses.

– Acredito que este tenha sido um projeto apenas para cumprir prazos junto ao MEC. É um documento preliminar. Caberá a nós lapidar a proposta.

A escolha dos cursos foi baseada em três critérios: cursos com conceito igual ou superior a três no Enade, cursos com demanda baixa e cursos que atendam à vocação econômica da região. Natel afirma que esta é uma versão restrita que contempla apenas a parte acadêmica. Mas ele admite que a proposta pode sofrer alterações:

– O cronograma será modificado. A UFSC já aceitou com a possibilidade de incorporar mestrados.

A nova reitora da UFSC, Roselane Neckel, que toma posse em maio, ainda está tomando conhecimento do projeto. Dia 13 acontece um reunião para discutir o assunto.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 28/02/12
Assunto: Magistério – Governo diz que não tem como pagar piso nacional		Página: 45

MAGISTÉRIO

Governo diz que não tem como pagar piso nacional

Novo valor, de R\$ 1.451, gera mais R\$ 34 milhões por mês ao Estado, que alega falta recursos

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O novo valor do piso nacional dos professores, de R\$ 1.451 anunciado ontem, pelo Ministério da Educação será questionado, hoje, em Brasília, pelo governador Raimundo Colombo.

O reajuste de 22,22% dado sobre os R\$ 1.187 geraria um impacto de R\$ 34 milhões mensais na folha de pagamento do magistério estadual, segundo o governo. Colombo afirmou que o Estado não tem recursos para pagar esse valor.

O governador declarou, ontem, que outros estados estão na mesma situação que Santa Catarina.

– Já conversei com os governadores e todos relataram que não há condições de pagar esse reajuste. Nenhuma outra categoria recebeu aumento tão elevado – ressaltou.

Hoje, ele e outros governadores estarão reunidos com o presidente da Câmara, Marco Maia, e o do Senado Federal, José Sarney, onde irão expor a dificuldade de cumprir o novo valor, que deve ser garantido a todos os docentes da rede pública.

O grupo também irá pressionar para que seja aprovado o projeto, em tramitação no Congresso, que reajusta o piso com base na varia-

Como fica

Carga horária	Piso 2011	Piso 2012
40 horas	1.187	1.451
30 horas	890,27	1.088,25
25 horas	741,89	906,88
20 horas	593,51	725,50

ção da inflação, que em 2011 fechou em 6,5%. Além disso, o governador disse que, provavelmente, os estados irão recorrer.

Desde que foi garantido por lei, o piso nacional é ajustado anualmente. A legislação determina que o aumento seja dado de acordo com a variação do valor mínimo por estudante do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O índice fechou, entre 2011 e 2012, em 22% – percentual repassado ao salário-base dos professores.

A folha de pagamento da rede estadual de educação é de R\$ 2 bilhões por ano, e a este valor seriam acrescidos os R\$ 442 milhões – impacto do reajuste, considerando o 13º. Os professores, assim como outras categorias do Estado, já receberam em 2012 um aumento de 8%, dos quais 4% já foram repassados. A outra metade será dada em abril.

O assunto do novo piso será pauta da assembleia estadual do Sindica-

to dos Trabalhadores em Educação (Sinte), marcada para 15 de março, em Florianópolis. No encontro, eles ainda podem decidir se voltam à paralisação, encerrada em julho do ano passado, quando decidiram ficar em estado de greve.

– Agora, mais do que nunca, vamos exigir o cumprimento deste aumento. Já ganhamos 4%, queremos os 18% que faltam – afirma a coordenadora do Sinte, Alvet Bedin.

Antes da assembleia, mais uma reunião com secretário

Antes da assembleia estadual, o secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, que toma posse da pasta na próxima quinta-feira, receberá, em 5 de março, representantes do sindicato para discutir a questão do novo aumento.

Outros pontos também serão debatidos, como o plano de carreira do magistério, alterado no ano passado, para Santa Catarina poder cumprir a lei nacional do piso. A mudança foi feita porque caso o governo repassasse o reajuste de cerca de 90% – concedido ao primeiro nível – aos demais, respeitando a diferença existente, daria um impacto financeiro de R\$ 1,3 bilhão.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	Data: 28/02/12
Assunto: Novo piso para professor		Página: 07

ENSINO BÁSICO

Novo piso para professor

BRASÍLIA – O Ministério da Educação divulgou, ontem, o novo valor do piso salarial nacional para os professores de educação básica: R\$ 1.451, o que representa um reajuste de 22,22% em relação ao ano passado. O valor anterior era R\$ 1.187.

O MEC usa como parâmetro de reajuste o aumento no valor gasto por aluno no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), como prevê a lei do piso do magistério, de 2008. O novo valor se refere ao mínimo que deve ser pago para professores com trabalho de 40 horas e deve ser retroativo ao primeiro mês do ano.

Apesar de ser uma lei federal, o piso para professores ainda é desrespeitado. “Na verdade, a lei completa não é cumprida em praticamente nenhum lugar”, disse o presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Roberto Franklin de Leão. O governador do Estado, Raimundo Colombo, participa de reunião em Brasília, hoje, para tratar do assunto, mas revelou que Santa Catarina não tem condições de pagar reajuste tão alto.

Por meio de nota, o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) informou que acredita que a lei do piso valoriza os profissionais do magistério, mas alega que a maioria das 27 unidades da federação enfrenta dificuldades para o seu cumprimento. O Consed pede que o MEC complemente o recurso necessário para o pagamento do piso em estados sem condições.

O conselho também quer que o MEC apoie um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados que prevê a troca do índice atual de reajuste pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que fechou o ano passado com aumento de em 6,08%.

Reunião.
Governador
Raimundo Colombo
estará em Brasília,
hoje, para encontro com
presidentes da Câmara e
do Senado para tratar
do novo piso para os
professores